

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Abuso sexual infantil e (não) silenciamento:

Um estudo de caso a partir da perspectiva de duas psicólogas

TAYANE MACHADO GOMES LIMA

Pelotas, 2022

TAYANE MACHADO GOMES LIMA

Abuso sexual infantil e (não) silenciamento:

Um estudo de caso a partir da perspectiva de duas psicólogas

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de
Filosofia, Sociologia e Política
da Universidade Federal de
Pelotas, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel
em Ciências Sociais.

Orientador: Profa. Dra. Simone da Silva Ribeiro
Gomes

Pelotas, 2022

TAYANE MACHADO GOMES LIMA**Abuso sexual infantil e (não) silenciamento:**

Um estudo de caso a partir da perspectiva de duas psicólogas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas como requisito para obtenção do grau de Bacharel Ciências Sociais.

Data da defesa: 08/04/2022

Banca examinadora:

Profa. Simone da Silva Ribeiro Gomes (Orientadora)

doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ).

Profa. Elaine Silveira Leite

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos.

Profa. Gabriela de Brito Caruso

doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ).

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

L732a Lima, Tayane Machado Gomes

Abuso sexual infantil e (não) silenciamento : um estudo de caso a partir da perspectiva de duas psicólogas / Tayane Machado Gomes Lima ; Simone da Silva Ribeiro Gomes, orientadora. — Pelotas, 2022.

47 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) — Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

1. Abuso sexual infantil. 2. Relações de gênero. 3. Silenciamento. 4. Mitos. 5. Tabus. I. Gomes, Simone da Silva Ribeiro, orient. II. Título.

CDD : 306.7

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a todos os professores que ministraram as aulas do curso de Ciências Sociais que contribuíram para a minha formação. À coordenadora do curso de Ciências Sociais, professora Patrícia Cunha, que tanto contribuiu e ensinou durante cada aula ministrada. Ao Alexandro, servidor do colegiado, sempre tão cordial com todos. Ao Professor Romerio Kunrath com quem tive a oportunidade de aprender e ter minha primeira experiência como pesquisadora, monitora e orientanda.

Agradeço ao meu pai Sérgio, minha mãe Ândrea e minha irmãzinha favorita, Maryane, por me terem sido base, fonte de amor, cuidado e nutrição, emocional e física, quando eu ainda não tinha condições de ser por mim mesma. Agradeço por toda ajuda, inclusive financeira para que eu pudesse permanecer estudando. No fim valeu a pena resistir a todos os momentos em que a saudade tomou conta e parafraseando o Mano Brown na letra de Jesus Chorou: “Foi por nós, por amor”. Agradeço minha tia Ana, a tia Maíra, ao Rinaldo, a Izinha, minha parente favorita, pelo amor e por toda a ajuda que sempre me foi dada. Agradeço ao meu avô Valmor e às minhas avós Zaira e Santa, que estarão sempre muito vivos em minha memória e coração.

Agradeço à minha companheira de vida, Roberta, meu amor, inspiração e alívio em meio a tormentas externas e internas que a trajetória acadêmica me trouxe. Obrigada por ler meus escritos, por me corrigir, me amparar, por estar sempre comigo independente da minha localização geográfica.

Agradeço às minhas interlocutoras, mesmo após algumas trapalhadas de pesquisadora iniciante que sou, por terem se mostrado sempre tão disponíveis e entusiasmadas para contribuir com a construção de conhecimento sobre este tema tão complexo, sem elas nada disso seria possível. Agradeço ao tempo de convivência que tivemos antes, aos conselhos, momentos de escuta, ao grupo de terapia que tanto fez por mim e por outras mulheres e repito: sem elas, nada disso teria sido possível.

Por último, mas, definitivamente não menos importante, deixo um agradecimento especial à minha orientadora maravilhosa, Simone Gomes, que corajosamente aceitou embarcar nessa aventura de me orientar em um trabalho sobre tão delicado e sensível tema. Ela, que por vezes fez trabalho de professora, de coach - sim, daquelas motivacionais! rsrs - e em outras, foi psicóloga, me proporcionou a leveza e a

segurança necessárias para que eu pudesse dar meus passos e percorrer este caminho, até então, desconhecido. Agradeço por ter me motivado a buscar expandir meus horizontes, hoje sou aluna do programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas e isto é algo que tem me deixado imensamente feliz.

A respeito da minha escolha de pesquisar sobre este tema, aqui, na parte do trabalho onde tenho a liberdade de escrever de forma não acadêmica, sim: eu sofri abuso sexual. Acredito que não tenha escolhido falar sobre este assunto, talvez tenha sido ele que me escolheu. É como se não tivesse me restado outra alternativa a não ser a de tratar sobre isso, uma vez que é algo que me incomoda bastante. Não vou adotar uma postura de vulnerabilidade ou falar de forma emocional aqui pois acredito que tenham ambientes mais propícios e onde eu me sentiria mais à vontade para tal. Não condeno quem o faz, trata-se apenas uma escolha minha, que por ora, é verdadeira. Entretanto, como eu digo no meio do trabalho, este fenômeno tem o seu caráter pessoal, que deixa muitas marcas em quem sofre, mas tem também, seu caráter público, social e político, e nada impede que eu fale sobre, uma vez que estou buscando compreendê-lo intelectualmente, em suas causas e consequências a nível público. Escolhi utilizar minha vivência para tentar construir e explicar informação, não só na academia, mas fora dela também. Pois como disse a uma das minhas interlocutoras (a 1), a informação precisa ser acessível e chegar a todos. (Conto com minha orientadora para me ajudar com isso, rsrs). Assim, esse grande incômodo pessoal, está sendo um impulso para seguir pesquisando e estruturando outras concepções sobre este assunto, sobre o qual recém comecei a investigar. Acredito que ninguém queira expor as suas crianças ou suas mulheres à dores ou perigos, e quando digo suas, não falo no sentido de serem propriedade, me refiro àquelas da convivência mais direta – mães, filhas, irmãs, amigas, e que devido ao desconhecimento, infelizmente estarão suscetíveis. Esta é minha motivação principal, se a informação chegar e ajudar pelo menos uma pessoa, já me sinto satisfeita.

E as vezes vem a pergunta: mas Tayane, tu não estás te expondo demais? Digo que não, pois não estou sozinha nessa, há muitas pessoas que também passaram por isso. Em meu trabalho, não falo especificamente sobre a minha vida, falo a respeito de um problema social que a atravessou. Tem diferença.

*A terapeuta coloca
A boneca na sua frente
Ela é do tamanho das meninas
Que seus tios gostam de apalpar*

Mostre onde ele colocou as mãos

*Você mostra o lugar
Entre as pernas aquele
Que ele arrancou com os dedos
Igual a uma confissão*

Como você está se sentido

*Você desfaz o nó
Da garganta
Com os dentes
E diz bem
Um pouco dormente*

-Sessões nos dias de semana

(Rupi Kaur, 2017)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo promover uma discussão a respeito do Abuso sexual infantil enquanto fenômeno social, buscando evidenciar a associação das estruturas do sistema de gênero em torno da temática. Para tanto, foi utilizada a abordagem qualitativa, a metodologia foi o estudo de caso e as técnicas de pesquisa foram observação participante em um grupo de terapia e entrevista semiestruturadas com duas psicólogas que mediarão os encontros do grupo. Constatou-se que, alicerçado nas assimetrias das relações de gênero, há um padrão de silenciamento que contribuiu para a criação de mitos e tabus envolvendo abuso sexual infantil, por conseguinte dificultando sua detecção e devido esclarecimento sobre o assunto. Concluiu-se que a pesquisa Sociológica sobre a temática é uma das formas de romper com o silenciamento.

Palavras-chave: Abuso sexual infantil, relações de gênero, silenciamento, mitos, tabus.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 REVISÃO TEÓRICA SOBRE GÊNERO E ABUSO SEXUAL INFANTIL	13
1.1 Perspectivas de gênero e o Patriarcado.....	13
1.2 Abuso sexual.....	15
1.3 Abuso sexual infantil.....	18
1.3.1 Abuso sexual Extrafamiliar.....	20
1.3.2 Abuso sexual Intrafamiliar.....	21
2 O CONTEXTO DO ESTUDO DE CASO	22
2.1 O grupo de terapia e a experiência da observação participante.....	22
2.2 As entrevistas.....	24
2.2.1 Filantropia e gratuidade no atendimento a casos de abuso sexual infantil.....	27
2.2.2 Modus operandi: padrões e diferenças envolvidas nos abusos.....	27
2.2.3 A resposta ao abuso sexual infantil: a) Familiar, b) Das vítimas.....	28
2.2.4 Consequências à psiquê das vítimas de abuso sexual infantil.....	29
2.2.5 As possibilidades de diminuição do crime: (ausência de) educação sexual e dificuldades na gestão pública.....	30
2.2.6 As razões aventadas para o abuso e as razões para a ausência de denúncias.....	32
3 O (NÃO) SILENCIAMENTO E A DESTRUIÇÃO DE TABUS: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	34
3.1 Silenciamento: “Descobri que ninguém queria ouvir o insuportável”.....	34
3.2 Mitos e tabus.....	36
3.3 Atenção voltada à vítima.....	39
3.4 Educação sexual.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
5. Referências	44

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é promover uma discussão a respeito do Abuso sexual infantil enquanto fenômeno influenciado pelas estruturas do sistema de gênero presente em nossa sociedade, que de forma silenciosa tem atingido grandes dimensões sociais. Este, que é um fenômeno marcado pelo silenciamento e subnotificação, carrega incontáveis mitos e tabus que dificultam a promoção de adequados diálogos com a sociedade em geral, rompendo com o silenciamento que existe em torno do tema.

Dia 10 de setembro de 2021, o jornal *Estadão*, um dos maiores veículos de informação do Brasil publica uma matéria intitulada: “Um em cada sete adolescentes já sofreu abuso sexual no Brasil, diz IBGE”, a qual apresenta dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) realizada em 2019, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo a pesquisa, 14,6% dos entrevistados responderam que já foram tocados, beijados ou manipulados contra sua vontade. No dia 15 do mesmo mês, a ginasta estadunidense Simone Biles participou de um comitê do Senado dos Estados Unidos para depor a respeito dos abusos sexuais cometidos por Larry Nassar, antigo médico do Comitê de Ginástica Olímpica. Denunciado por mais 330 meninas e mulheres, após vinte anos de atuação e diversos abusos, o médico foi julgado e condenado por seus crimes. Este caso foi amplamente difundido pela mídia nacional e internacional, trazendo o tema do abuso sexual para as pautas atuais.

Além destes episódios, é possível, após uma rápida pesquisa com os termos “abuso sexual” ou “abuso sexual infantil” em qualquer site de buscas na internet, encontrar uma infinidade de manchetes recentes que noticiam casos com características semelhantes. Contudo, ainda que haja um alto número de denúncias e notícias divulgadas na mídia, acredita-se que a subnotificação – que já acontecia anteriormente – tenha aumentado com a pandemia, ou seja, o número de casos é ainda maior. Atualmente há 43 projetos de lei em tramitação no Brasil, mas como afirma a assessora de políticas públicas da Fundação Abrinq¹, Marta Volpi, os projetos versam principalmente sobre a punição do culpado e do acolhimento das vítimas, discute-se

¹ A fundação Abrinq é uma Organização sem fins lucrativos que tem como missão garantir direitos à crianças e adolescentes.

pouco sobre a prevenção. Nesse sentido, torna-se essencial a ciência voltar o seu olhar para a raiz do problema buscando compreender as estruturas que fazem com que esses fatos se repitam.

Há uma série de questões em torno da temática que precisam de compreensão, pois podem fornecer evidências para futuras investigações. Uma das funções desse trabalho será fazer conjecturas a respeito do que se manifesta por trás dessas dinâmicas. A hipótese dessa pesquisa é de que tabus, estruturas morais, padrões de desigualdades de gênero, ou a combinação de todos, estejam por trás da frequente repetição de casos de abuso, seus silenciamentos e perpetuação de traumas nas vítimas.

Segundo Simone Biles, o Comitê de Ginástica aliado a outros órgãos que estavam incumbidos de cuidar do caso, foram negligentes com as acusações das atletas. Há também os episódios que não são noticiados pela mídia por se tratarem de pessoas que não são públicas; ou os casos que nem são denunciados, os quais as vítimas não têm a possibilidade de falarem sobre o que lhes aconteceu, representando um entrave para receber atendimento e proteção social, além de contribuir para a subnotificação dos casos. Talvez estes representem um número ainda maior do que aqueles que são efetivamente notificados.

Levando todos esses fatores em consideração, e, somando o fato de que há uma ausência de trabalhos científicos no campo da Sociologia que busquem investigar as estruturas por trás dessas dinâmicas, pois é mais comum encontrar estudos na Psicologia e no Serviço Social, com pesquisas quantitativas que apresentam um “N” grande e menor aprofundamento. O problema desta pesquisa centra-se em responder: De que forma operam as estruturas envolvidas nos processos repetidos e frequentes de casos de abuso sexual infantil e como estas estruturas contribuem para o silenciamento em torno destes episódios.

Para responder esta pergunta adotei a abordagem qualitativa em que a metodologia foi o estudo de caso exploratório, para o qual utilizei a técnica de observação participante em um grupo de terapia e entrevistas semiestruturadas com duas psicólogas que mediarão o grupo, especialistas em sexualidade e trauma. Os casos de abuso sexual infantil parecem representar uma fonte de incômodos muito grande, tanto às crianças/núcleos familiares atingidos, quanto para a sociedade em geral, que se mostra desconfortável e até mesmo despreparada para lidar com tais situações. Foi de um incômodo relacionado à certas estruturas sociais que se perpetuam que este tema foi pensado e organizado em três capítulos.

No capítulo um, intitulado *Revisão teórica sobre gênero e Abuso Sexual Infantil*, apresento a base teórica desta pesquisa, deste modo, exponho algumas perspectivas de gênero, trazendo para o texto os conceitos de *gênero* e *Patriarcado*, e como estes, compreendidos como estruturas de um sistema total, influenciam no conjunto das atividades humanas, coletivas e individuais, que, no caso deste trabalho, podem influir nos episódios de abuso sexual infantil. Ainda neste capítulo-abordo as definições de abuso sexual, abuso sexual infantil, em seguida diferenciando os tipos extra e intrafamiliar.

No capítulo dois *O contexto do estudo de caso* exponho como se deu minha aproximação com o grupo de terapia, falo sobre a abordagem metodológica e técnicas de pesquisa utilizadas. Assim, apresento as entrevistas concedidas pelas interlocutoras, e suas respostas separadas em cinco categorias analíticas que abordam: a filantropia e gratuidade no atendimento a casos de abuso sexual infantil, os padrões e diferenças envolvidas nos abusos, a resposta da família e das vítimas, consequências à psiquê das vítimas, as razões dadas pelas entrevistadas para o abuso e para a ausência de denúncias.

No último capítulo intitulado *O (não) silenciamento e a destruição de tabus*, retomo algumas questões tratadas no capítulo anterior visando promover uma breve reflexão a respeito do silenciamento, a importância dos estudos de caso e sobre os tabus e mitos mais comuns em torno do tema. Ainda, procuro e reiterar a importância da educação sexual como uma forma de romper com o silenciamento e prevenção de mais casos de abuso sexual infantil.

De forma geral, estas são as diretrizes que apresento neste trabalho de conclusão de curso. Espero que a leitura instigue mais reflexões sobre este tema que urge sair das amarras do silenciamento.

1 REVISÃO TEÓRICA SOBRE GÊNERO E ABUSO SEXUAL INFANTIL

1.1 Perspectivas de gênero e o Patriarcado

Neste capítulo busco compreender o fenômeno social do abuso sexual infantil a partir dos conceitos de gênero e patriarcado. Deste modo, primeiramente irei apresenta-los explicitando algumas possibilidades de abordagem, a partir da construção intelectual de teóricas feministas do século XX e XXI. Em um segundo momento, trarei o conceito de abuso sexual e de abuso sexual infantil, tema central deste trabalho, seguido pela definição de seus dois subtipos: o extra e o intrafamiliar. O objetivo deste capítulo é refletir de forma ampla sobre o fenômeno do abuso sexual e infantil, focando na influência das estruturas sociais de gênero e relações de poder inseridas nesta dinâmica. O abuso sexual infantil é um dos inúmeros desdobramentos negativos que a estrutura social fundamentada em hierarquias de gênero produz.

O polissêmico termo “gênero” possui uma narrativa de gênese disputada. Neste trabalho, conjugarei da perspectiva em que o mesmo ganhou força com as feministas estadunidenses na década de 1970. Seu debate se deu após uma ruptura epistemológica e metodológica que buscava desvelar e compreender as assimetrias de poder que se manifestavam no bojo das relações entre homens e mulheres, as quais se estendiam para outros âmbitos da vida em sociedade. A perspectiva de gênero é utilizada em diferentes disciplinas, sob óticas distintas, permitindo analisar e refletir sobre os mais variados fenômenos sociais.

Como afirma Scott (1990), o termo “gênero” é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos, servindo para compreender os papéis atribuídos à eles, e que, de forma errônea, eram - e muitas vezes ainda são - percebidos como inerentes aos seres humanos; em uma transposição direta do sexo, logo, da biologia, portanto, imutável. Nesse sentido, o fator biológico (o sexo masculino ou feminino), não deve ser entendido como determinante de comportamentos. O que pode ser determinante é o

sistema de relações em que estamos inseridos, o qual por meio dos processos de socialização pode condicionar nossos comportamentos influenciando assim, as relações a nível social, o que acaba por privilegiar um dos lados em detrimento do outro.

Além da importância de rapidamente abordar o conceito de gênero, há também a necessidade de falar sobre a noção de *Patriarcado* e seu impacto na reprodução dessas dinâmicas. Como expõe Azevedo (2017), o conceito de Patriarcado foi inicialmente discutido dentro das Ciências Sociais por autores como Max Weber (2009), Jean-Jacques Rousseau (2003), John Locke (1998), entre outros, e nos argumentos de Neuma Aguiar (2015) era visto como

[...] uma forma de organização social em que o pai, chefe de família, exerce seu poder sobre os demais membros de sua família ou sobre a comunidade em que vive, e também para denominar regimes políticos mais complexos como a monarquia (2015, p. 12).

O conceito foi abordado por Carole Pateman (1993), Silvia Walby (1990) e Heleith Saffioti (1987; 1992; 2004), que buscaram teorizá-lo na contemporaneidade ao analisarem as condições de vida das mulheres dentro de sociedades capitalistas (AZEVEDO, 2017). Segundo Delphy (2009), “Patriarcado” é uma palavra muito antiga derivada da junção das palavras gregas *pater* (pai) e *arkhe* (origem e comando), usada para fazer referência à regimes monárquicos. A palavra "patriarcado" foi utilizada pelos movimentos feministas militantes desde os anos 70, e ainda não se pode considerá-lo como um conceito de significado *pacificado* dentro dos campos da ciência. Dentre as diversas discussões teóricas em torno do termo, questiona-se se seu uso é adequado para descrever o sistema de opressão de gênero nos dias atuais. Por exemplo, Miguel (MIGUEL & BIROLI, 2014, p. 19) argumenta que falar em *dominação masculina* traduziria um fenômeno mais geral que o patriarcado, mesmo que ambos os termos sejam, de certa forma, sinônimos, dado que se referem ao sistema de opressão de gênero, mesmo que em contextos históricos distintos. Atualmente, e com frequência, o conceito de gênero é utilizado para designar a variável “sexo”, mas também para se referir ao sistema (sistema de gênero) e termos como “patriarcado”, “gênero”, “relações sociais de gênero” ou “sistema de gênero”, possuem um objetivo em comum:

Pretendem descrever não atitudes individuais ou de setores precisos da vida social, mas um sistema total que impregna e comanda o conjunto das atividades humanas, coletivas e individuais. Assim, os [...] termos têm a mesma pretensão à generalidade e a mesma denotação de organização, que não é absolutamente casual (DELPHY, 2009, p. 178).

Embora, para compreender os fenômenos sociais, exista uma variedade de perspectivas feministas, definições e formas de utilização do termo “gênero”, tais abordagens convergem a respeito da necessidade de recusa da construção hierárquica na relação entre masculino e feminino e buscam propor formas para reverter ou deslocar suas operações (Scott, 1990). Tais perspectivas se tornaram uma forma de reagir à dominação, negando à naturalidade do que foi construído, pois entende-se que a assimetria de poder é algo que pode ter um fim, por meio da compreensão, seguida da ação. Desse modo, segundo o pensamento feminista e as perspectivas de gênero, ciência e política caminham lado a lado, tornando-se um meio para transformar as relações entre os gêneros. Coloca-se então, como pauta para as discussões intelectuais, questões incômodas e que urgem por ser analisadas e (re)interpretadas, afim de tentar amenizar os efeitos que os problemas sociais causam em certas camadas da população.

De acordo com as sociólogas australianas, Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2019), o gênero deve ser entendido como uma estrutura social dentro da qual indivíduos e grupos atuam, manifestando “a diferença cultural entre mulheres e homens, que baseia-se em uma divisão entre fêmeas e machos” (CONNEL & PEARSE, 2019, p. 46). O gênero, compreendido como algo que é socialmente construído e estruturado, é capaz de influenciar nas ações individuais e, conseqüentemente, na coletividade. Inspiradas pelas teorias de Pierre Bourdieu, em especial na noção de *habitus* – “estruturas estruturadas e estruturantes”, isto é, estruturas podem ser vistas como normas implícitas que de certa forma direcionam as relações sociais, perpetuam-se conforme vão se repetindo em diferentes situações ou contextos. As autoras apresentam aqui a ideia de que o gênero passa por um processo semelhante, “com o fator agravante de ser o corpo a principal arena de incidência das dinâmicas do gênero” (CONNELL & PEARSE, 2019, p. 24). Antes de compreendermos o que é o abuso sexual infantil e seus subtipos, veremos a seguir, a conceituação de abuso sexual.

1.2 Abuso Sexual

O abuso sexual é um delicado e complexo fenômeno e presente nas sociedades há muito tempo, porém a percepção de que era necessário estudá-lo a fim de minimizar sua incidência e efeitos negativos sobre as vítimas é algo relativamente recente. Por se tratar de um tema que é reflexo de relações de poder exteriorizadas por meio da

sexualidade, o mesmo é tido como um tabu, o que dificulta o debate e os devidos esclarecimentos sobre a questão.

Segundo a literatura, o “abuso sexual” ainda é um fenômeno difícil de ser conceituado (MURILLO et al., 2021), sendo definido de diversas formas nos estudos sobre o tema, que se dão em diferentes campos do conhecimento, mas principalmente nas áreas da saúde e no Serviço Social. Encontra-se na literatura especializada os termos: violência sexual, atentado violento ao pudor, estupro, atos libidinosos, ato com ou sem conjunção carnal, entre outros, e é caracterizado por uma relação de poder marcada pela “dominação do mais forte sobre mais fragilizado” (FALEIROS, 2001, p. 4), que se manifesta por meio de atos sexuais ou sexualizados não consentidos, mediante uso da força, ameaça, suborno ou outros métodos de coação, na intenção de levar à: toques genitais ou em outras zonas erógenas (ou não) do corpo; penetração oral, vaginal, anal, digital ou com outros objetos; carícias, masturbação, ejaculação em via pública ou dentro de transportes coletivos (ALBUQUERQUE, 2019); voyeurismo ou qualquer prática que seja feita com pessoa que não queira ou não tenha condições de dar consentimento, sob efeito de álcool e/ou outras drogas (lícitas ou não). Tal ato consta no Código Penal Brasileiro como crime de Estupro, no artigo 213², com pena que varia de seis (6) a dez (10) anos de reclusão, podendo ser aumentada caso haja outros agravantes.

A violência sexual também pode acontecer entre casais, hetero ou homossexuais, quando um dos pares entende que o outro deve cumprir as ditas “obrigações conjugais” contra sua livre e espontânea vontade. É importante lembrar que, de forma frequente e naturalizada entre as concepções de senso comum, circulava a ideia de que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, sugerindo às pessoas próximas que mesmo diante de possíveis desequilíbrios, qualquer tipo de interação vivenciada em âmbito privado só deveria dizer respeito aos envolvidos ou no máximo aos pertencentes deste mesmo núcleo. Contudo, tais interações também carregam sua dimensão social e política. Nessa perspectiva, em discussão sobre as dinâmicas existentes entre os âmbitos público e privado³, Biroli (2014) argumenta que existe uma dualidade entre estas duas esferas e que a negação do caráter conflitivo das relações íntimas ou familiares, bem como o entendimento “de que o que se passa na esfera doméstica compete apenas aos indivíduos que dela fazem parte serviu para bloquear a proteção àqueles mais vulneráveis, [...]” (MIGUEL & BIROLI, 2014, p. 32).

² “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso [...]” (BRASIL, 1940).

³ “[...] a esfera pública estaria baseada em princípios universais, na razão e na impessoalidade, ao passo que a esfera privada abrigaria as relações de caráter pessoal e íntimo” (MIGUEL & BIROLI, 2014, p. 32).

A autora argumenta ainda, que os avanços na legislação em relação à proteção das vítimas de violências efetivaram-se a partir da atuação política do movimento feminista, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, quando as teóricas compreenderam a importância de entender as experiências vividas pelas mulheres (MIGUEL & BIROLI, 2014, p. 42). Dessa forma, o estupro e a violência doméstica se tornaram assuntos conhecidos no âmbito público/social, no entanto, até então não se pôde perceber a mesma amplitude de compreensão em torno do tema do abuso sexual infantil. Embora a sociedade reconheça a gravidade de suas consequências, de certa forma este assunto ainda permanece em “âmbito privado”, trazendo a impressão de que tal fenômeno ocorre com pouca frequência. Porém acredita-se que o número de casos seja muito mais expressivo do que aquele que chega ao conhecimento dos meios oficiais de denúncia e difusão de informação. A subnotificação é uma realidade que perpassa este fenômeno (SILVA et. al., 2020; MURILLO et. al., 2021; PLATT et. al., 2018; HABIGZANG et. al., 2005).

É frequente nos textos sobre o assunto os argumentos serem pautados nos efeitos físicos deixados por um abuso sexual. Fala-se principalmente na transmissão de Infecções sexualmente transmissíveis (IST's), incluindo a HIV⁴ infantil e na gravidez indesejada. Isso reforça a necessidade de ampliar e desmistificar também a discussão sobre aborto legal e seguro no sistema público; ferimentos como resultado da violência, entre outros tipos de sequelas. Entretanto, acredita-se que as piores consequências deixadas nas pessoas sobreviventes de violência sexual sejam de caráter emocional, visto que se trata de uma experiência traumática e humilhante, em que o abusador toma o controle da vítima sobre seu próprio corpo, e as repercussões continuam ao longo dos anos na vida da pessoa vitimada (LIRA, 2017). Dessa forma, é imprescindível que os trabalhos em torno dessa temática busquem meios de precaver, e solucionar, ao invés de apenas evidenciar seus danos, e como sugere Faleiros (2001, p. 1) é importante considerar o seu “desmonte, sua reparação ou sua prevenção”, em um movimento que articule a pessoa vitimada, sua família, a sociedade e o estado. A violência sexual atinge a todas as classes sociais, independente de cor, crenças ou estilos de vida. Apesar disso, é importante destacar que sua incidência é significativamente maior sobre o sexo feminino⁵ e pode-se pensar que este é mais um reflexo da grande desigualdade de

⁴ HIV é a sigla em inglês do vírus da imunodeficiência humana. Causador da aids, ataca o sistema imunológico, responsável por defender o organismo de doenças.

⁵ Quando utilizo o termo “sexo feminino”, ou o termo “mulher”, me refiro àquelas pessoas que nasceram com vagina, assim como quando utilizo, os termos “homem” ou “sexo masculino”, me refiro à pessoas que nasceram com pênis. Não é minha intenção com este trabalho refletir ou trazer definições acerca da identidade de gênero dos indivíduos, esta é apenas uma definição operacional, em função de todas as

gênero persistente na sociedade, percebida também em outros contextos, como por exemplo no acesso desproporcional à posições de poder ou na desigualdade de salários entre homens e mulheres que ocupam cargos semelhantes.

O 15º Anuário Brasileiro de Segurança pública, publicado em 2021, com dados do ano de 2020, mostra que 230.160 mulheres denunciaram algum tipo de violência doméstica no ano em questão, ou seja, somando as denúncias das 26 UF brasileiras, obteve-se ao menos 630 denúncias diárias. Mesmo sendo números expressivos, apontam para uma diminuição no número de denúncias, com queda de 14,1% também nas notificações de estupro e estupro de vulnerável, que passaram de 69.886 no ano de 2019 para 60.460 em 2020. A literatura especializada busca refletir sobre a questão da subnotificação (PLATT et al., 2018; MURILLO et. al., 2021; SILVA et. al., 2021), principalmente no que tange a indivíduos do sexo masculino que sofreram violência sexual devido ao medo de serem tachados de homossexuais, e além do trauma sofrido, terem de lidar com o preconceito e os estigmas.

Os índices de violência sexual ainda são muito altos, embora como apontam os dados, tenham diminuído. Acredita-se que esta diminuição seja apenas na quantidade de denúncias feitas aos órgãos oficiais e não representa o número real de casos, principalmente durante a pandemia de COVID-19. Por se tratar de mulheres e crianças - que em muitos casos moram e dependem financeiramente dos seus agressores -, fazer uma denúncia torna-se um ato complexo e perigoso, pois a família pode migrar de uma situação de violência doméstica para a vulnerabilidade social e econômica, caso o agressor seja indiciado. Há também a possibilidade de não haver a punição por “falta de provas”, como mostra o estudo antropológico em um Conselho Tutelar feito por Mello (2019), em que mesmo com acusações de nove crianças e adolescentes diferentes o resultado do processo foi a impunidade do agressor, a descrença acerca dos acontecimentos por parte da comunidade local, seguida da retaliação da denunciante dos crimes, mãe de uma das vítimas.

1.3 Abuso Sexual Infantil

Além dos casos de violência sexual perpetrados contra mulheres de todas as idades, outro tipo constante é violência contra crianças e adolescentes. A Organização

participantes do grupo de terapia (que será mencionado adiante) serem pessoas cisgêneras, assim como seus agressores.

Mundial da Saúde (OMS) define a violência sexual contra a criança como o envolvimento dela em atividade sexual que ela não compreende completamente e não tem condições para dar consentimento ou que viola as leis ou normas sociais. A legislação brasileira⁶ o enquadra como crime de estupro de vulnerável segundo a que abrange a violência praticada contra pessoas que não tenha condições de negar ou resistir, incluindo pessoas Portadoras de Necessidades Especiais (PNE's), pessoas que estão sob efeito de álcool ou drogas, assim como pessoas menores de 14 anos, que é o tipo de caso que abordaremos aqui.

O Anuário de Segurança Pública do ano de 2021, no capítulo intitulado “Violência contra crianças e adolescentes no Brasil: a urgência da parceria entre educação e segurança pública” aponta que mais da metade das vítimas que vão aos órgãos denunciar violência sexual sofrida possuía 13 anos ou menos, e apesar da subnotificação, houve um aumento de 70% em 2019 para 77% em 2020. Segundo descrito no Anuário, o perfil das vítimas atingidas está ficando mais jovem a cada ano que passa, evidenciando a necessidade de discutir sobre a temática. Os efeitos negativos nos adultos que sofreram violência sexual durante sua infância podem ser duradouros, podendo desencadear traumas caso não haja a devida elaboração psíquica (RISMAN et al., 2014). Nesse sentido é indicada a atuação de psicólogos para ajudar na recuperação emocional da vítima (NEDA, 2011). Dentre os sintomas mais citados na literatura especializada, tem-se: depressão, ansiedade, síndrome do pânico, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), ideações e/ou tentativas de suicídio, abuso de substâncias, enurese⁷, encoprese⁸, transtorno alimentar, distúrbios do sono, problemas relacionados a sexualidade, problemas comportamentais, interpessoais, entre outros (CARVALHO & LIRA, 2017; SILVA et al., 2020; MURILLO et al., 2021).

Quando se trata de violência ou de violência sexual infantil, há uma concordância nos trabalhos em explicitar que a maior parte dos abusos ocorre dentro de casa. Este é um fato que leva a reflexão sobre uma premissa frequentemente repetida às crianças: de que é “preciso ter cuidado com estranhos” ou “não fale com ninguém na rua”, a qual impõe o constante alerta em ambientes externos ou públicos, porém não solicita mesma vigilância quando se trata de outros contextos, ou de outras pessoas que não sejam totalmente estranhas à criança, incorrendo em um cuidado parcial. A

⁶ Lei 12.015/09 - Lei dos Crimes contra a Dignidade Sexual. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm. Último acesso em 2 de março de 2022.

⁷ Vazamento involuntário de urina.

⁸ Vazamento involuntário de fezes.

literatura também indica que quanto mais jovem for o indivíduo e pior for a violação experienciada, mais graves serão os danos ocasionados à saúde sexual das vítimas já adultas, que com alta frequência apresentam disfunções, assim como dificuldades de obter satisfação em suas relações amorosas e sexuais (LOPEZ et al., 2017).

Outra importante capacidade que pode ser afetada é o pleno desenvolvimento educacional, visto que o abuso sexual infantil pode ter relação com o não ingresso ao ensino superior ou ao ingresso tardio, uma vez que pode gerar impacto no “desenvolvimento cognitivo, na linguagem, na memória e no rendimento escolar, além de rebaixamento da percepção do próprio desempenho [...]” (SILVA et al., 2020, p. 8). O estudo de Silva et. al. (2020) foi aplicado com estudantes universitários de uma universidade pública do estado de São Paulo, em idade adulta, que quando comparados aos alunos que não sofreram abuso, demonstraram pior qualidade de vida, sintomas depressivos e ansiosos, fobias, transtornos de diversos tipos, uso abusivo de tabaco, maconha e/ou medicamentos sedativos e/ou hipnóticos, bem como numerosas outras consequências, pondo em evidência o fato de que os danos psíquicos reverberaram mesmo após muitos anos do ocorrido. Por fim, após vermos de que formas o sistema e as estruturas de gênero contribuem para a ocorrência do abuso sexual, e principalmente o abuso sexual de crianças e adolescentes, abordaremos a seguir a conceituação dos dois tipos de abuso sexual: o extra e o intrafamiliar.

1.3.1. Abuso sexual Extrafamiliar

O abuso sexual denominado extrafamiliar é aquele que ocorre fora do ambiente doméstico ou que não envolve membros de um mesmo núcleo familiar. Embora a nível de conhecimento do senso comum acredite-se que este seja o tipo que represente a maioria dos casos, na verdade é o que ocorre em menor número. Segundo Neda (2011), em geral a violência sexual extrafamiliar ocorre na vizinhança, instituições de atendimento e prestação de serviços, e os agressores podem ser professores, técnicos, líderes religiosos, desconhecidos, entre outros.

1.3.2. Abuso sexual Intrafamiliar

A violência sexual intrafamiliar ou incesto acontece quando o abuso ou violência sexual ocorre entre membros de uma mesma família, exercido por uma pessoa que

realiza o papel de cuidadora da criança ou adolescente como pai, padrasto, tio, primo, irmão, avô. A maioria dos casos de abuso sexual infantil ocorre dentro de casa, iniciando quando as vítimas têm entre 5 e 8 anos de idade⁹ (HABIGZANG et. al., 2005) e é um fato tão silenciado socialmente, que nem consta como crime na legislação brasileira. Por exemplo, um estudo em um Centro de Referência da Mulher em Pernambuco, com 9 mulheres adultas que foram vítimas de abuso sexual infantil, evidenciou que os agressores foram 3 pais, 4 padrastos e o restante irmãos ou primos. Tal estudo demonstrou a dificuldade que as mães tiveram em denunciar seus companheiros agressores por medo de que sofressem punições legais. Muitas mães se veem divididas entre o silêncio obrigado e a denúncia (FALEIROS, 2001), muitas vezes optando por manter o segredo na esperança de que a família se recomponha e retome a convivência entre seus membros. É o que Platt (2018) chama de “lei do silêncio”, ou que Faleiros (2001) chama de “pacto de silêncio” em que a família em questão tenta “proteger” os seus membros, inclusive os abusadores, para que não haja exposição.

Neste contexto, uma das hipóteses deste trabalho centra-se na relação do gênero como uma estrutura social que influencia no silenciamento dos casos de abuso, e, por consequência, alimenta os traumas gerados a partir desse fenômeno. No próximo capítulo, trabalharei com a definição de estudo de caso, e as entrevistas com as interlocutoras a fim de elucidar esta hipótese.

⁹ Não há concordância entre as idades de ocorrência. Acredito que a faixa etária possa variar conforme a localidade.

2 O CONTEXTO DO ESTUDO DE CASO

Neste capítulo falo sobre minha experiência de observação em um grupo de terapia, no qual encontrei as minhas interlocutoras - que chamarei de interlocutora 1 e interlocutora 2 - com quem realizei entrevistas utilizando um roteiro semiestruturado sobre o tema em questão, estabelecendo relações entre silenciamento e estruturas de gênero. Este é um trabalho de abordagem qualitativa com objetivos exploratórios, em que os procedimentos técnicos utilizados foram o levantamento bibliográfico sobre o tema do abuso sexual de crianças e adolescentes, observação participante no grupo de terapia e entrevistas semiestruturadas com as interlocutoras - as duas psicólogas que mediarão os encontros do grupo. O intuito de focalizar a análise sobre a perspectiva das profissionais ao invés das vítimas, era o de obter informações amplas e diversificadas sobre o fenômeno, visto que as profissionais tem contato aprofundado com um grande número de pacientes (dentro e fora do grupo) que experienciaram diferentes tipos de abuso. A partir do ponto de vista de quem tem, em certa medida, contato com esta temática, fui guiada pela hipótese a respeito do silenciamento e da influência das estruturas do sistema de gênero, em busca de compreender como ocorrem as dinâmicas em torno dos casos de abuso sexual de crianças e adolescentes – aquilo que se repete, ou seja, estrutura – e faz com que casos do tipo tenham similaridades, como veremos a diante. Inicialmente falarei como se deu sobre minha observação no grupo de terapia “Grupo 1¹⁰”, mais quea diante veremos parte das entrevistas com as duas interlocutorasagrupa em categorias analíticas e traz comentários breves a respeito das respostas concedidas, como veremos adiante.

2.1. O grupo de terapia e a observação participante

A aproximação inicial ao grupo se deu com o contato da psicóloga Interlocutora 2, por meio de sua página em uma rede social na qual ela divulga seu trabalho com a

¹⁰ Nome fictício.

psicologia Jungiana¹¹. Orientada pelo pensamento feminista, na página, ela busca abordar e instruir sobre temas que perpassem a aceitação saudável de vivências com a sexualidade, corpo, psique, maternidade, entre outros assuntos que foram tornados tabus no contexto da sociedade patriarcal. No início do ano de 2021 foi divulgado na página um projeto criado em parceria com uma segunda psicóloga, a interlocutora 1, que tinha o objetivo de disponibilizar tratamento psicológico à mulheres adultas que foram vítimas de abuso sexual durante a infância. O projeto de atendimento que seria oferecido por elas – uma grupoterapia¹² - tinha o intuito de abordar o tema do abuso sexual e tratar o trauma em mulheres que sofreram esta violência. Denominado “Grupo 1”, este grupo teve cinco reuniões *online*, nas datas de 19/03, 30/04, 28/05, 25/06, 30/07 do ano de 2021 e eu pude estar presente em todas. É importante ressaltar a ética e a responsabilidade em manter o sigilo para com as pessoas que participaram do grupo em virtude de se tratar de um tema complexo, sensível e delicado, porém por necessidade de escrever como se deu a viabilidade de meu acesso a ele, digo que era uma das pacientes. Todavia, apesar de fazer parte daquele grupo de mulheres que terão suas identidades preservadas, me limitarei a descrever apenas o que observei a partir da fala delas.

Na primeira reunião, estavam as duas psicólogas e sete participantes, e conforme as reuniões foram acontecendo, o número baixou para seis, e ao final restaram as duas psicólogas e quatro participantes, contando comigo. Destaco aqui que este foi um projeto filantrópico, ou seja, nenhum valor foi cobrado das participantes, sendo esta uma prioridade das proponentes, já que o intuito era atender pacientes que não teriam como pagar pelas consultas.

O problema de pesquisa desenvolveu-se a partir de minha participação e observação às atividades, conversas e demais manifestações que um grupo reunido em torno dessa temática poderia exteriorizar. Ao observar atentamente os relatos a respeito da vivência daquelas mulheres, pude constatar que suas histórias, mesmo com particularidades, pareciam ter tido alguns desdobramentos em comum. Embora os casos tenham com mulheres de diferentes idades que foram criadas em diferentes contextos – sociais e econômicos - e até em distintas regiões de nosso país, se repetia o fato de as vítimas terem sofrido o abuso por pessoas próximas (familiares de 1º, 2º e 3º grau, e

¹¹ Mais conhecida como psicoterapia analítica, é a metodologia que foi desenvolvida por Carl Gustav Jung.

¹² Reunião de mais de 2 indivíduos que, junto com os terapeutas, se inter-relacionam para promover o tratamento a partir da discussão sobre um tema livre ou previamente estabelecido.

amigos da família) nunca terem denunciado seus abusadores aos órgãos oficiais de acolhimento e conseqüentemente nunca terem recebido apoio médico ou psicológico após a violência sofrida. Tais pacientes mostravam resistência e dificuldade para falar sobre o assunto mesmo que estivessem em um “espaço” que foi pensado especialmente para isso, fato que me remeteu a minha hipótese a respeito do padrão de silenciamento imposto, direta ou indiretamente, às vítimas de violência sexual, principalmente durante a infância e adolescência. Cada um dos encontros tinha um tema pré-definido em que eram propostas dinâmicas de interação, sugestão prévia de pequenos textos para introduzir o assunto a ser trabalhado naquele dia.

Minha ideia inicial foi a de entrevistar as participantes do grupo, entretanto, levando em consideração a possibilidade de haver revitimação¹³ e também visando obter informações mais abrangentes em torno do tema, optei por definir como minhas interlocutoras as profissionais, interlocutora 1 e interlocutora 2, que após uma reunião, aceitaram contribuir com a proposta de pesquisa. Os casos de abuso sexual infantil parecem representar uma fonte de incômodos muito grande, tanto às crianças/núcleos familiares atingidos, quanto para a sociedade em geral, que se mostra desconfortável, despreparada e, até resistente para lidar com tais situações. O intuito desta investigação é buscar respostas para o problema: De que forma ocorre o silenciamento por trás dos casos de abuso sexual infantil e porque a dinâmica parece se repetir em diferentes contextos? Busco respaldo nas teorias de gênero e na teoria estruturalista de Pierre Bourdieu, pois trabalho com a hipótese de que tabus, estruturas morais, acesso insuficiente à informações, ou a combinação de todos estes esteja por trás de possíveis padrões/mecanismos de ação dos abusadores e padrões de silenciamento envolvendo as vítimas após a ocorrência dos casos. Por conseguinte, se determinados problemas na sociedade não são percebidos ou analisados em profundidade por serem demasiadamente incômodos, vão se perpetuando sem que sejam suficientemente questionados. Foi de um incômodo relacionado às estruturas aparentemente muito bem estruturadas, que este tema foi pensado.

2.2 As entrevistas

As entrevistas foram feitas pela plataforma *online google meet*, gravadas para posterior transcrição e análise, além de terem sido guiadas por um roteiro

¹³ Processo em que a vítima, ao ter que falar sobre, revive a violência mais uma vez.

semiestruturado que trouxe a possibilidade de aprofundamento das respostas. Realizei separadamente uma entrevista com cada interlocutora, que em função do tamanho do roteiro¹⁴ duraram pouco mais de uma hora cada¹⁵. As perguntas estavam orientadas à buscar informações mais gerais sobre as interlocutoras - seu trabalho, motivação para criação do grupo, melhores termos para utilizar; e ao tema central – padrões nas atitudes de abusadores, familiares e vítimas, semelhanças e diferenças entre casos, políticas públicas de enfrentamento, entre outras. Para fins de análise, utilizo partes das entrevistas concedidas, que de certa forma se complementam: Interlocutora 2 fala de um lugar de profissional experiente que lida com estes casos há mais tempo, possui um vasto conhecimento teórico e empírico baseado nos atendimentos que já fez. A interlocutora 1 fala de seu lugar de profissional com o olhar diferenciado de quem vivenciou a situação: ela foi vítima de abuso sexual na infância, então por vezes seu relato traz experiências do consultório, e em outras traz a sua própria. Já se tratando do roteiro: procurei entender um pouco sobre a profissão de psicóloga; sobre como é trabalhar com este tipo de caso; linha terapêutica utilizada por elas, entre outras perguntas introdutórias. Em um segundo momento, meu roteiro buscava informações específicas sobre o fenômeno do abuso sexual de crianças e adolescentes, investigando as semelhanças nos padrões de ação dos abusadores, das vítimas e dos familiares, assim como suas diferenças. Algumas perguntas adicionais foram feitas a partir de uma abertura que as respostas fornecidas propiciaram para o aprofundamento na temática. A seguir veremos parte das entrevistas¹⁶, as quais optei por separar e dispor em categorias de análise, e contam com pequenas adequações de ortografia para garantir a fluência textual, sem prejuízo no conteúdo expresso pelas entrevistadas.

Para começar introduzir a conversa com cada uma delas, busquei saber de que forma surgiu o interesse por trabalhar com a temática do abuso sexual de crianças e adolescentes. A interlocutora 2 declarou que a vontade de trabalhar com a questão sexual do trauma envolvendo crianças e mulheres, veio de um incômodo muito grande ao perceber durante seus atendimentos clínicos (com mulheres adultas), que tal situação

¹⁴ Com vinte e seis perguntas.

¹⁵ A entrevista com a interlocutora 1 foi realizada no mesmo dia e teve duas partes, separadas por um breve intervalo. A entrevista com a interlocutora 2, foi feita em dois dias, e em duas plataformas: um momento de distração de uma pesquisadora iniciante, fez com que eu esquecesse de gravar no *google meet* parte da entrevista. Em função de uma incompatibilidade de horários, em função de minha interlocutora estar com

8 meses de gravidez na época optamos por agilizar, então enviei à ela as perguntas que faltavam e ela me respondeu através de áudios no Whatsapp.

¹⁶ Não utilizei todas as perguntas e respostas neste trabalho pois algumas foram feitas apenas para fins de informação sobre o grupo e a profissão delas, e foram acomodadas ao longo do texto.

poderia se tornar uma “areia movediça” na vida da pessoa. Segundo ela, quando acontece este tipo de trauma, a criança só precisa e busca instintivamente um meio de sobreviver, então o corpo segue a vida. Uma criança tem uma potência de vida muito maior do que se possa imaginar: é como se ela fosse uma “bola imensa de energia” em interação com o mundo, então se o trauma não for extremamente grave – alguém a tenha machucado fisicamente - a criança vai seguindo a vida. Acontece que essa “areia”, com os vários abusos – físicos, sexuais, psicológicos, morais e etc. - que mulheres vão sofrendo ao longo da vida dentro do sistema patriarcal, vai se mexendo e mostrando as sequelas. Ela conta que geralmente são mulheres que chegam com um semblante apático, uma tristeza profunda, mesmo que não tenha “nada” de muito errado ou ruim acontecendo na vida. Ela percebia que havia algo de estranho e depois que passava entre 8 meses e um ano¹⁷, emergia nas consultas alguma situação de abuso em que ficava possível fazer a associação com várias situações atuais e cotidianas, como por exemplo: o envolvimento em relacionamentos abusivos, vaginismo, depressão, ansiedade, medos, medo de posicionar no mercado de trabalho, de se posicionar dentro de casa, medo de sair de casa, de escolher uma faculdade, dificuldade em dizer não. Então ela começou a se interessar e ter vontade de falar sobre isso pois é um assunto incômodo mas necessário, pois a maioria de nós sofreu algum tipo de abuso na infância, seja sexual, ou de poder, psicológico.

A interlocutora 2 declarou que começou a trabalhar com este tipo de caso recentemente. Ela, vítima de abuso na infância, estava há algum tempo lidando com este acontecimento na terapia, e sua psicóloga, a interlocutora 2, perguntava frequentemente: “E o que você quer fazer com isso?”. Essa era uma pergunta inquietante, pois ela acreditava que não havia nada para ser feito, e pensava “eu quero ficar bem com isso, não quero mais pensar, não quero que isso seja um fantasma na minha vida, não quero que isso doa”. E aí em determinado momento percebeu que queria ajudar pessoas que também sofreram abuso sexual na infância e não sabiam como lidar. Ela conta que é muito difícil para as pacientes no atendimento clínico iniciarem essa conversa. Elas demonstram ter um medo muito grande, como se tivessem resistência para falar sobre, então uma de suas maiores motivações para iniciar o grupo, foi notar esta dificuldade (não apenas se tratando de abuso na infância, mas em mulheres adultas também) e tentar encontrar uma forma de viabilizar o tratamento, “porque infelizmente há uma cultura muito opressiva com mulheres que foram vítimas de violência sexual”. A interlocutora 1 comentou que em seus atendimentos, falar que também foi vítima de abuso sexual na

¹⁷ Segundo ela é quando cria-se o vínculo paciente/terapeuta de uma forma profunda.

infância deu muito certo pois parece que foi abrindo um caminho diferente para que a paciente se sentisse confortável em falar sobre o abuso que sofreu.

2.2.1 Filantropia e gratuidade no atendimento a casos de abuso sexual infantil

Uma das perguntas questionava sobre a relevância que elas viam em disponibilizar atendimento gratuito, e principalmente, dentro dessa temática. A interlocutora 2 afirmou que este é um trabalho de utilidade pública e deveria ser incentivado pelo governo mas elas não conseguiram esperar ou entrar com algum tipo de pedido em função das burocracias e baixo incentivo. Elas pensaram no atendimento gratuito para conseguir acolher mulheres que elas não atenderiam normalmente (atendem em consultório particular) e ainda assim prestar um serviço de qualidade, com acolhimento e informação. Ela afirma que se trata de uma questão social, é uma necessidade que deveria virar um projeto grande, especializado nisso. Porém, seria necessário separar os tipos atendimentos: para pacientes ainda crianças, mulheres que hoje são adultas e sofreram abuso sexual na infância, mulheres que sofreram estupro, ao invés de “mulheres que sofre(ra)m abuso” num sentido amplo. Sem a devida separação, o tratamento não atingiria a mesma profundidade. O grupo é voluntário porque elas vêem a necessidade, assim como mulheres querem se tratar e não possuem recurso financeiro. Em sua resposta a interlocutora 1 reiterou que o grupo nasceu com a intenção de prestar atendimento gratuito e que se manterá sempre assim. **2.2.2 O *Modus operandi*: padrões e diferenças envolvidas nos abusos**

Uma de minhas perguntas buscava entender se as interlocutoras percebiam algum padrão de ação, ou *modus operandi*¹⁸ dos abusadores em relação às vítimas. A interlocutora 2 disse que o abusador não tem um perfil muito específico, mas que exerce autoridade, geralmente é mais velho, começa com um ato que envolve carinho, brincadeira, troca. Por exemplo, na maioria dos casos, acontece um “vamos brincar”, “vem aqui que eu vou te pegar no colo” e aí algumas vezes são crianças carentes de afeto, que por quererem carinho, irão permanecer naquela situação. Trata-se de homens geralmente casados quando são bens mais velhos. Há chantagem e ameaça: “não conta pra ninguém senão vou fazer algo contra sua mãe/ seu pai/ seu irmão”. Geralmente

¹⁸ Do latim, “modo de operação”, ou seja, modo de agir.

começa com o lúdico, através de jogos, em que um carinho começa de forma “inocente” e de repente estão pedindo para a criança tirar a roupa, pois “é só uma brincadeira”. Por geralmente envolver um misto de brincadeira, carinho e acolhimento junto com a situação de abuso, acaba sendo algo que fica muito confuso na cabeça da criança e com frequência acontece uma bagunça psicológica. A interlocutora 1 identificou a manipulação emocional como o principal mecanismo usado nos casos (inclusive no dela). É parte da dinâmica fazer a criança entender aquilo como algo normal, como um carinho, como um cuidado, porém acontecem ameaças frequentes, dentre elas: a chantagem de a criança não poder ver mais o agressor – essa é mais frequente no caso de familiares ou entes queridos e de confiança para a criança, ou até ameaças mais pesadas atribuindo a culpa à criança: “se você contar, seu pai vai me matar e vai para a cadeia”. A atribuição de culpa é frequente, com frases do tipo “mas você sentou no meu colo primeiro”, inibindo seu ímpeto de contar à alguém o que está acontecendo. Em relação às formas de abuso: começa com um carinho, um afago, um abraço com uma mão que toca em algum lugar que não deveria ser tocado, um colo que se estende um pouco mais, até virar um abuso sexual de fato.

2.2.3 A resposta ao abuso sexual infantil

Uma das perguntas buscava saber se há um padrão de ação/atitude quando descobrem que a criança sofreu ou está sofrendo abuso sexual.

a) **Familiar:** A Interlocutora 2 menciona que:

“A maioria não descobre, mas quando descobre não tem um bom comportamento em relação à criança, muitos cuidadores não acreditam, e quando acreditam vão atrás, podem até agredir fisicamente o abusador, mas não tem uma assistência adequada com a criança. A primeira coisa que se deveria fazer é colocar a criança na terapia. Se ela for atendida de imediato é possível que ela elabore”.

Ela afirma ainda que a família também precisa de atendimento imediato pois na maioria das vezes não sabem exatamente como agir. Trata-se de uma questão de saúde pública: “ao chegar lá¹⁹ já manda a criança e os pais também para a terapia pois eles vão precisar encarar a dor e dessa situação”. Bater no agressor pode até trazer uma sensação de alívio, mas não elimina o trauma, que ela imagina se estenda até os pais e demais

¹⁹ No órgão de acolhimento, que varia conforme o município.

familiares. Entretanto, a maioria não procura atendimento, talvez até por falta de informação.

a) Das vítimas: Há uma clara semelhança observável nos relatos das mulheres vítimas de abuso:

“Sintomas depressivos, ansiedade, distorção de imagem – transtorno alimentar, relacionamento abusivo e repetitivo – o hábito de emendar uma relação na outra, em que todas são abusivas, incluindo relações no trabalho, casa, namorado ou namorada, amigos, e etc.; ou de emendar um relacionamento amoroso no outro que também seja de abuso ou violento. Medo, são pessoas mais assustadas que não conseguem interagir com o mundo, ficam apáticas pois cria-se uma couraça de proteção que impede a mulher de se relacionar com o prazer de se estar viva. É como se fosse um pensamento automático: “Pra que eu vou sentir prazer se eu corro o risco de ser abusada?”. Vaginismo também ocorre bastante e uma pessoa pode sentir todos esses sintomas.”

Já a Interlocutora 1 destacou o medo – resultante da manipulação e violência, a vergonha – relacionado à um possível prazer que o corpo sente (é uma forma natural de autoproteção, um mecanismo de defesa para amenizar o desconforto), a culpa. Ela conta que muitas mulheres sentem culpa, por ter sentido prazer no toque, por não terem tido coragem de contar à família e até questionam-se se realmente foi abuso. Levando-se em consideração a idade e manipulação psicológica em torno dos casos, chega-se à conclusão de que sim, há semelhanças entre eles.

2.2.4 Consequências à psiquê das vítimas de abuso sexual infantil

Para a Interlocutora 2 há:

“Dos 0 aos 7 anos o Ego²⁰ ainda está sendo estruturado, a criança ainda não tem esse Ego desenvolvido então chega muito rápido ao trauma, por isso que a proteção da criança também é uma responsabilidade social, pois ela não tem uma peneira do jeito que o adulto tem. [...] então é muito fácil de manipular, aí [...] quando alguém invade o corpo de uma criança, é muito grave porque é direto, apesar de a criança conseguir desenvolver estratégias de sobrevivência e seguir a vida, por ter uma pulsão e uma energia de vida muito grande, o rasgo, o machucado vai estar lá, e vai estar bem grande, e como ela ainda não viveu várias experiências, irá se ramificar para os outros lugares – contextos. ”

²⁰ Estrutura da mente que organiza os processos de consciência como as percepções de mundo e capacidade de pensar.

Ela faz uma analogia com uma árvore: quando um abuso acontece na infância é como se já se chegasse machucando/cortando a raiz da árvore, a criança consegue continuar vivendo a vida dela, mas depois de adulta ela vai ter que voltar nessa ferida feita na raiz. E prossegue:

“O abuso sexual infantil ou de adolescentes é muito sério pois é muito fácil de chegar ao centro da psique e machucá-lo, e as consequências são graves, é uma criança que vai se desenvolver com muito medo, como uma mulher muito submissa, que se envolve em relacionamentos que vão continuar fazendo com que ela se sinta assim sem sequer ter consciência do que está acontecendo. A criança muitas vezes não consegue nem verbalizar o que está acontecendo ou já aconteceu. Com adolescentes a influência é um pouco menor por conta da peneira formada, aí os adolescentes conseguem denunciar, contar para uma amiga, ou os pais, conseguem verbalizar, a manipulação do abusador em relação ao adolescente é menor, e no adulto menor ainda, mesmo na questão do estupro, se a mulher tiver consciência, nomear e fazer o tratamento, é um processo “horível” pois é um trauma gigantesco que também mexe com a estrutura psíquica, mas é mais possível de dar conta. Com criança é muito pior por conta da facilidade que o abusador tem de manipular emocional e fisicamente.”

A Interlocutora 1 cita prejuízos na vivência com completude da sexualidade, nas relações de hierarquia²¹, com chefes e figuras de autoridade em geral, dificuldade em se posicionar e impor limites, dificuldade de falar não, ela exemplifica: “pois quando se é vítima de abuso sexual na infância você fala não e ninguém te ouve”; dificuldades para conseguir confiar em outras pessoas e em si. O abuso é um jogo de poder, pois o abusador precisa sentir que tem controle sobre a vítima, é isso que dá tesão nele. Ela relembra que é algo cultural, na antiguidade, por exemplo, durante as guerras, os homens tomavam territórios, matavam os homens inimigos e estupravam mulheres e crianças. O estupro era visto uma demonstração de poder.

2.2.5 As possibilidades de diminuição do crime: (ausência de) educação sexual e dificuldades na gestão pública

Para interlocutora 2, cabe a educação sexual para crianças, pais e mães, irmãos, professores, pessoas mais velhas, educadores no geral, e nas palavras dela:

“[...] além de prender os agressores de verdade, atender, cuidar das crianças e dos pais, tem que ter outros órgãos públicos que atendam.

²¹ A demonstração de poder pode ser um gatilho pro trauma podendo levar à crises de pânico, de pensar que alguém poderá novamente dominar o seu corpo.

Pois o conselho tutelar fica muito sobrecarregado, precisaria de outras alternativas, a psicóloga do conselho tutelar é uma atendendo muitos casos, assistente social é duas, três, é pouco para o tanto de casos. ”

Ela prossegue mencionando as dificuldades de se lidar com a temática a nível público pois este assunto se tornou – ou foi tornado? - um tabu, justamente porque conversa-se pouco sobre, dificultando as pessoas de detectarem, denunciarem e quando há a denúncia, ainda assim a criança vitimada não é atendida como deveria. Em muitos casos passam-se muito anos até que a vítima consiga tratar a questão em terapia, ou seja, no âmbito privado e invariavelmente pago. No Brasil existem algumas políticas públicas²² e instituições²³ que fazem o atendimento, mas é tão difícil de detectar, que ela acredita que a informação e a conscientização precisam vir antes. Ela que trabalha com a temática, e na época das entrevistas estava grávida, tinha que “cavar” para encontrar materiais que sugerissem formas de conversar sobre o assunto. Ela destacou a importância de pedir licença quando for trocar a fralda da filha dela, nomear o que ela irá fazer e o que estará limpando pois é uma forma da criança desenvolver este aprendizado, e saber que se algum dia alguém encostar ali, não estará certo. Todas as pessoas precisam dessa educação sexual, deveria ser algo “muito falado”, e divulgado.

A Interlocutora 1 acredita que seja possível diminuir a incidência dos casos se a informação for simples e chegar a todos os lugares. É necessário o investimento por parte do poder público para garantir que a informação sobre o perigo do abuso sexual chegue para as crianças, mas também para os pais, cuidadores em geral, professores: “não adianta ir em uma escola da comunidade e falar de um jeito difícil.” Ela reitera a importância da educação sexual preventiva, sobre manter a vigilância e ter a compreensão de que adultos tem responsabilidade sobre todas as crianças, independentemente de serem seus filhos ou não, pois são seres vulneráveis, em formação. Não há iniciativas suficientes no sistema de educação pública no Brasil: “muitas escolas fazem o possível e o impossível para ajudar, mas a educação sexual no Brasil ainda é muito pobre, tanto no âmbito público, quanto no núcleo familiar, pois os pais dos pais também tinham travas, então torna-se algo geracional.” A diminuição da incidência dos casos só será possível mediante investimento do poder público na criação de programas e políticas públicas de educação e acolhimento que sejam capazes de minimizar a subnotificação em torno dos casos. Segundo ela, a educação sexual para

²² O ECA - Estatuto da Criança e do adolescente, criado em 1990 é um conjunto de normas jurídicas, válido em todo o território nacional que tem como objetivo orientar sobre os direitos de crianças e adolescentes.

²³ Os Conselhos Tutelares fazem o acolhimento, e conforme o município, as DEAM – Delegacia Especializada no atendimento à Mulher, entre outros órgãos.

crianças é o primeiro caminho para as crianças entenderem o que está acontecendo ou o que provavelmente vai acontecer – pois há sinais. A educação é importante para que as crianças entendam que nem todo o carinho é de fato carinho. Trata-se de um tema desconfortável e muitas vezes as pessoas falam: “Que assunto terrível, por que estamos falando sobre isso? Por que estamos discutindo essas questões? É sempre o assunto que não é bem-vindo à mesa, assim como machismo, racismo ou preconceito”. Mas ela cita as redes sociais como forma de trazer esse tema à tona para conscientizar as pessoas, para mostrar que o abuso não é uma coisa subjetiva. Ela afirma que infelizmente a sociedade patriarcal e machista trata o abuso de uma forma muito leviana, como algo que vem da imaginação das mulheres e que os homens não estão abusando ou estuprando, pois não é a intenção deles estuprar, eles querem dar prazer. Este é um assunto difícil de ser abordado e que se choca com crenças de cada pessoa, pois o entendimento sobre o tema não é unânime, acham que abuso (ou estupro, nas palavras dela) é só quando há violência física, quando se bate, puxa o cabelo. Esse é um desafio para se falar sobre abuso, pois confronta as crenças que cada um tem sobre o que é abuso. A educação sexual é o caminho mais acessível para conseguir prevenir, para ajudar as crianças a entenderem quais são os limites e permitir que elas falem, que denunciem quando algo de errado estiver acontecendo.

Além da importância da educação sexual preventiva, a interlocutora 2 manifesta a relevância de se ter um acolhimento que priorize o tratamento da vítima, e que logo em seguida se estenda àqueles que também fazem parte do contexto:

“É importante o acolhimento das crianças que são vítimas, das mulheres que sofreram abuso na infância e as vezes vão acessar esse conteúdo e tratar apenas quando mais velhas. É necessário que haja acolhimento, fazer a informação chegar para todos, educação sexual para pais, para crianças, a importância de ter um sistema que funcione, que atenda e acredite nessas pessoas. De ter mais grupos de apoio, que sejam gratuitos pois é uma necessidade básica que precisa ser atendida de imediato.”

2.2.6 As razões aventadas para a ocorrência do abuso e para a ausência de denúncias:

Para a Interlocutora 2 existem dois casos possíveis que explicariam algumas razões para o abuso:

"[...] a pedofilia, uma doença, em que nem sempre um pedófilo será um abusador. O segundo caso é o das pessoas que são abusadores que

não necessariamente sejam pedófilos, geralmente também são, mas é um abusador as vezes só de mulher mais velhas, maiores de idade. A pedofilia é uma doença que precisa ser tratada. O abusador tem um perfil que é muito estimulado pela nossa sociedade, que estimula muito a erotização principalmente de meninas. Existem casos de abuso infantil em meninos também, já atendi um caso quando a pessoa era adulta, mas a maioria dos casos acontece com meninas por conta dessa cultura falocêntrica, pedófila que fala para a mulher que ela precisa ter a vulva sem pelos e cor de rosa. Quem tem essa vulva? São crianças. Através desse estímulo a sociedade cria homens abusadores que se sentem no direito de possuir aquele corpo, então há toda uma construção. A pedofilia é uma doença, em que a pessoa pode nascer com ela ou desenvolver muito cedo às vezes por ter passado pela mesma situação, ou por ter sofrido algum tipo de abuso de poder, sexual, físico. Geralmente as pessoas que são pedófilas se sentem mal com essa condição e buscam ajuda, mas não é uma regra. ”

A interlocutora 1 concorda que é possível excluir as pessoas que sofrem de pedofilia²⁴, contudo, nem todo o pedófilo é um abusador, pois há pessoas que tem consciência desse desejo mas não cometem o ato, não o alimenta com pornografia infantil, e as vezes até se auto mutilam para desviar a atenção. Assim como nem todos os estupradores são pedófilos, pois o estupro é uma relação de poder, e o tesão pode não estar direcionado ao corpo infantil: as vezes está no sadismo, no prazer em causar dor, ou na relação de poder - em conseguir ter controle sobre o outro. Para ela, o estupro ainda é uma relação de poder, seja em relação à mulher, à criança ou quem for o vitimado.

No que tange à sabida subnotificação ou ausência completa de denúncias, ela relata que a hipótese dela é a violência psicológica envolvida:

O abusador não violenta só o corpo, há também ameaça e culpa - e a segunda é relacionada à família, pois crianças muitas vezes, não são consideradas como seres pensantes capazes de entender as situações. Se a criança tem um núcleo familiar que não acredita nela, como por exemplo, se a criança fala que escovou os dentes e a família não acredita nela e manda ela escovar novamente, de forma indireta se passa a mensagem de que o adulto não confia nela, mesmo em situações simples. É um processo inconsciente de “ninguém vai acreditar em mim”, que é reforçado pelo abusador. Em muitos dos casos a criança consegue driblar a manipulação do agressor, resolve falar, mas são desacreditadas, e quando são adultas podem pensar que já passou tempo demais. Pode haver também a culpa e a preocupação pelo que poderá acontecer com o agressor caso ocorra a denúncia, muitas vezes as mulheres são punidas e condenadas no lugar do abusador. “Quem sofre o abuso é condenada como se fosse culpada pois ninguém acredita em uma mulher que foi violentada, as pessoas acreditam que o abusador é um cara muito legal e que não seria capaz

²⁴ Nas palavras dela: “é uma doença, um transtorno psiquiátrico em que o adulto sente atração sexual por crianças.”

de tal ato, que ele jamais seria capaz de fazer isso. Pensam que a mulher estaria inventando motivada por questões pessoais.”

3 O (NÃO) SILENCIAMENTO E A DESTRUIÇÃO DE TABUS: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesse capítulo, apresento uma reflexão sobre os vários tipos de silenciamento que podem ser identificados quando (não) se trata de abuso sexual infantil e também uma digressão sobre a destruição de tabus²⁵. Para tanto, primeiramente busco fazer uma breve reflexão sobre silenciamento, estabelecendo uma relação com a importância dos estudos de caso para *destruir* as ideias de senso comum, explanando sobre os tabus e mitos mais comuns em torno do tema e reiterando a importância de direcionar a atenção para fornecer acolhimento adequado à vítima. Por fim, termino promovendo, com base no resultado do trabalho de campo ao retomar as respostas fornecidas pelas interlocutoras 1 e 2, mais uma reflexão sobre educação sexual.

No capítulo anterior fiz a exposição das entrevistas com as duas interlocutoras as quais dispus suas respostas, como anteriormente mencionado, em cinco categorias de análise. As categorias analíticas eram: filantropia e gratuidade no atendimento a casos de abuso sexual infantil, padrões e diferenças envolvidas nos abusos, resposta da família e das vítimas, consequências à psiquê das vítimas e as razões para o abuso e para a ausência de denúncias; as quais serão confrontadas a seguir, fim de estabelecer relações entre os dados obtidos e possíveis significados.

3.1. Silenciamento: “descobri que ninguém queria ouvir o insuportável²⁶”

Recapitulando a ideia central desenvolvida ao longo do primeiro capítulo deste trabalho, lembro quão influente em nossos comportamentos pode ser o sistema de relações alicerçado nas hierarquias de gênero. O *patriarcado* ou a dominação masculina, mesmo que tenha se modificado ao longo dos anos tempos ainda se faz presente condicionando em maior ou menor grau a vida em sociedade. Como pude constatar com as entrevistas concedidas pelas interlocutoras 1 e 2, o silenciamento, que pode ser visto

²⁵ Em referência à: **O sociólogo como destruidor de mitos**. In: ELIAS, Norbert. Introdução à sociologia. Lisboa: Edições 70, 1980.

²⁶ Em referência à: CAMARGO, Karina Acosta. **Abuso sexual infantil – uma cartografia: silenciamento, testemunho, ressentimento, esquecimento**. São Paulo, 2016.

como um destes comportamentos condicionados, é uma característica presente, tanto o âmbito privado quanto no âmbito público, quando o assunto em questão é o abuso sexual infantil. Segundo Neto et. al. (2021), tal fenômeno está envolto por uma *cultura do silêncio*, marcada pelo adultocentrismo ²⁷, machismo e racismo e estabelecem uma relação entre as estruturas de gênero com ideias ou atitudes inadequadas perante ao assunto: “Percebe-se que as relações de poder e gênero arbitrárias e os tabus ao abuso sexual criam contexto para uma série de atitudes e ideias imprudentes por parte dos pais, da família e a sociedade em geral”. (NETO et al, 2021, p. 88).

Os autores complementam: “Não só os pais adquirem crenças naturalizantes que levam ao silenciamento, mas também discursos políticos [...] temem uma suposta “ideologia de gênero” a ser pregada nas escolas [...]” (NETO et. al., 2021, p. 88). Em vista disso, certos setores da sociedade e da política, motivados pela moral conservadora, empreendem esforços que têm ameaçado continuamente a luta por direitos e as discussões sobre o tema em âmbito público, situação que dificulta a coleta de dados concretos que representem o número real de casos - lembrando que a subnotificação ainda é um problema.

Retomando a concepção das autoras Connell e Pearse (2019) quando afirmam que o sistema de gênero influencia nas ações individuais, mas consequentemente influencia na coletividade. Camargo (2016), pesquisadora que escreve em primeira pessoa, encontrou na escrita de sua dissertação um meio para explicar e romper com o silêncio a respeito de como foi sentir “as estatísticas do abuso sexual na carne viva” (p. 10). Ela, que descreve o fenômeno como algo pessoal – aproximando do leitor como é sentir o desrespeito e o sofrimento após ter tido seu corpo violado; mas também como coletivo – resultado dos altos índices de ocorrência; ressalta que o “silenciamento faz parte de uma rede invisível, pois se trata de uma violência bastante omitida [...]” (p. 19). Busco tentar compreender esta rede invisível como um emaranhado de contextos, pessoas, profissionais que lidam com o assunto de maneira superficial. E nas palavras dela: “inicialmente, era mais uma entre as brincadeiras, não percebia que acontecia somente na ausência de outros adultos [...]” (p. 19). Faço alusão aos comentários das Interlocutoras 1 e 2 ao explanarem que o abuso começa como uma brincadeira, algo que conquista pouco a pouco a confiança da criança. Além de suas valiosas percepções, Camargo (2016) trouxe, e eu reforço, a seguinte reflexão: É possível pesquisar sobre este problema sem dar voz àqueles que foram silenciados?

²⁷ uma prática social que concede poder, e tão somente, ao adulto, dificultando o entendimento de que crianças também são – ou deveriam ser - sujeitos de direitos.

No que se refere aos propósitos de um estudo de caso, metodologia utilizada nesse trabalho, recupero os escritos de Pascal Venesson (Della Porta & Keating, 2008) inspirados pelas definições de Gaston Bachelard, ao afirmar que os estudos de caso são vistos como uma forma de romper com a sabedoria convencional colaborando para elaborar uma nova percepção da realidade, além de contribuírem para a construção ou aprimoramento de teorias por meio da conversão de informação em novo vocabulário analítico. Segundo ele, um caso pode ser “um fenômeno ou evento escolhido, conceitualizado e analisado empiricamente [...]” (Della Porta & Keating, 2008, p. 243) Nesse sentido, através dos relatos das interlocutoras, uma das intenções deste trabalho foi a de refletir e clarificar a respeito das dinâmicas que ocorrem e se repetem de forma estrutural nos casos de abuso sexual infantil. Um dos caminhos para a construção de novas percepções da realidade, o qual se refere Venesson, é o reconhecimento de que os sucessivos silenciamentos manifestos em torno dos casos que envolvem este tipo de violência, acarretam na manutenção de ideias errôneas sobre este fenômeno que por conseguinte criam tabus - ou mitos - e levam novamente ao silenciamento. É um ciclo que se retroalimenta e recorro à Elias (1980) e sua ideia a respeito de como o cientista, ou, neste caso, o sociólogo, pode contribuir para quebra-lo:

Grupos que pensam de um modo científico são grupos que geralmente criticam ou rejeitam as ideias dominantes aceitas pela maioria da sociedade em que vivem, [...] pois descobriram que não correspondem aos fatos observáveis. *Por outras palavras, os cientistas são destruidores de mitos.* Por meio de uma observação dos fatos, esforçam-se por substituir mitos, ideias religiosas, especulações metafísicas e todo o tipo de imagens não fundamentais dos processos naturais [...] (ELIAS, 1980, p. 55).

Seguindo por essa perspectiva, uma das formas de quebrar com estes silenciamentos para começar a destruir tabus e mitos, é reconhecer a importância da pesquisa sobre este fenômeno. Nos próximos parágrafos retomarei algumas ideias esboçadas por minhas interlocutoras e discorrerei a respeito dos mitos e tabus mais comuns a respeito do tema.

3.2. Mitos e tabus²⁸

²⁸ Aqui, entendo a ideia de tabu como uma interdição implícita; um assunto sobre o qual não se pode discutir devido aos valores de uma determinada sociedade.

Ao revisar a literatura especializada, bem como ao entrevistar minhas interlocutoras, foi possível constatar que há um esforço por parte dos profissionais e pesquisadores que trabalham com esta temática em reiterar ou desmistificar alguns aspectos a respeito do abuso sexual infantil. Por exemplo, a literatura é repetitiva ao afirmar que a maioria dos casos ocorre dentro de casa, o que contrapõe de forma muito direta o mito e o dito popular que é repetido às crianças geração após geração: “cuidado com estranhos na rua”. Esta afirmação assegura que o perigo está do lado de fora de casa, que o lar é seguro, que as pessoas que são capazes de violentar ou agredir uma criança são os estranhos, “os outros”, o que é uma inverdade. Contudo, romper com este entendimento pode representar uma ameaça a noção e ao *status* sagrado e imaculado do que se compreende socialmente por família tradicional nuclear, representada pelas figuras de pai, mãe e filhos.

Seguindo esse raciocínio de que muitas vezes as pessoas tentam preservar a imagem da sagrada família a todo custo, retomo a pesquisa etnográfica de Mello (2019) dentro de um Conselho Tutelar, a qual abordou o caso de um senhor “suspeito” de abusar de 9 meninas. Ela conta a respeito de uma mãe, que teve de levar a denúncia adiante sozinha por medo da reação do pai de uma das crianças. Aqui problematizo que a reação exacerbada, principalmente de homens, frente a situação de abuso - “vou matar quem fizer isso com minha filha ou alguém da minha família” - pode ser muito prejudicial e até desencorajadora para algumas mães denunciarem por medo de que ocorra uma tragédia. Ela também destacou a postura negligente da vó da criança, que tentou coibir a denúncia alegando que a mãe iria estragar o casamento do familiar, visto que o abusador era tio de uma das crianças. Carvalho e Lira (2017) o medo que quem denuncia (geralmente são as mães das crianças) sentem de prejudicar as relações familiares e/ou os autores de agressão. Essas posturas, como relembram as interlocutoras 1 e 2 na categoria “2.2.3. A resposta ao abuso sexual infantil”, seja a de querer bater no agressor como forma de vingar a violência perpetrada contra a criança, ou a de querer silenciar o acontecimento fingindo que não ocorreu, são inapropriadas.

Outra ideia corrente que pode ser considerada como um mito, e que colabora para as pessoas dificilmente acreditem na vítima quando a violência ocorre, é a de que a pessoa que comete o abuso sexual é um “monstro”, ou alguém “sem-vergonha”, “criminoso”, “alguém de índole terrível”, e etc. Neto et. al. (2021) avisam que “[...] o abusador, diferente do que supostamente povoa o imaginário social, é um sujeito acima de qualquer suspeita: casado, 35 anos, sem antecedentes criminais, grau de parentesco próximo (pai, tio, avô) e nível econômico médio ou alto. (2021, p. 85) O mito de que o

abusador é um monstro colabora para que as crianças – ou quaisquer vítimas de violência sexual - sejam questionadas sobre o ocorrido e com frequência, desacreditadas.

Na categoria analítica “As razões aventadas para a ocorrência do abuso e para a ausência de denúncias”, a Interlocutora 1 relembra que é comum as pessoas rebaterem uma acusação de abuso sexual alegando que o abusador, muitas vezes visto pelas pessoas próximas como uma pessoa idônea, não seria capaz de cometer tal ato. E no fim, além de desacreditada, a vítima (principalmente depois de adolescente ou adulta) frequentemente é culpabilizada e condenada no lugar de quem comete o ato, por possivelmente estar inventando uma mentira, trataria-se de uma calúnia. Acredito que este mito colabore também para que haja um baixo número de denúncias. As vítimas que são desacreditadas no seu núcleo mais próximo, muitas vezes também são fortemente questionadas ao procurarem os órgãos de acolhimento para realizarem a denúncia e buscar atendimento médico ou psicológico. O possível despreparo dos profissionais para atenderem aos casos pode fazer com que muitas vítimas sejam revitimizadas, além de não verem seu agressor ser responsabilizado por seus atos de forma alguma.

Essa problemática envolve outras instâncias e talvez até demais campos do conhecimento, como por exemplo o Direito, em pesquisas que busquem compreender se os termos que constam nos artigos da lei que amparam vítimas de violência sexual – adultas ou crianças - têm sido eficientes. Ainda que os sistemas judiciário e legislativo, ou que os centros de referência para acolhimento de vítimas possam não desempenhar uma atuação exemplar, é muito importante realizar denúncias para amenizar a subnotificação e se poder trabalhar com dados reais, ou que cheguem o mais próximo disso. Com o propósito de estimular denúncias, a [lei nº 12.650²⁹ em 17 de maio de 2012](#), proposta pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado que investigava crimes de pedofilia, recebeu a aprovação pela Câmara dos Deputados e foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff. A lei prevê que o prazo para julgamento não mais seria contado a partir da data do crime, mas sim, a partir da data quando a vítima completasse 18 anos.

Voltando à explanação a respeito dos mitos e tabus, percebe-se que é possível identificar que todas estes sofismas têm algo em comum: colocam o foco em proteger

²⁹ A lei batizada de “Joanna Maranhão”, recordista olímpica de natação, foi inspirada na vivência da atleta que era sexualmente abusada por seu antigo treinador quando tinha por volta de 9 anos de idade. Aos 21, no ano de 2008, denunciou os abusos que sofreu

ou culpabilizar o agressor e negligenciam a busca de acolhimento apropriado para a vítima poder lidar com o trauma. Neto et. al. (2021) afirmam que o entendimento de que crianças são sujeitos de direitos é relativamente recente na nossa sociedade, na tentativa de garantir proteção – como no caso da avó que queria esconder o fato da família - muitos dos direitos das crianças acabam sendo violados.

3.3. Atenção voltada à vítima

Nos casos de abuso sexual infantil centra-se muito na figura do acusado, e pouco, fala-se da importância em se realizar o acolhimento à vítima e encaminhá-la para tratamento terapêutico. Neste contexto mais uma vez retomando a fala das interlocutoras nas categorias: na categoria “2.2.3 A resposta ao abuso sexual infantil” pudemos observar as tendências de ação dos familiares em relação às vítimas, e na categoria “2.2.4 Consequências à psiquê das vítimas de abuso sexual infantil” é possível encontrar falas sobre os prejuízos psíquicos e seus desdobramentos nas relações íntimas e/ou sociais.

Na categoria 2.2.4. as interlocutoras contam sobre as danosas consequências psíquicas que acometem as vítimas após uma situação de abuso sexual são inúmeras, e de acordo com a separação etária feita pela interlocutora 2: quanto mais jovem for a vítima, maiores são as chances de ter sua estrutura psíquica fortemente abalada. Há inúmeras consequências, e como citado por elas na categoria 2.2.3., é comum as famílias ou cuidadores hesitarem em buscar assistência médica e/ou psicológica. Entretanto, esta assistência é de suma importância para que a vítima elabore o trauma ao falar, romper com o silenciamento gerados pela vergonha e culpa geradas por ter passado por tal situação, como conta a Interlocutora 1 ao falar sobre as consequências mais comuns causadas às vítimas.

3.4. Educação sexual

Para além das estratégias existentes para enfrentar o problema, como por exemplo a tentativa de melhoria no atendimento prestados pelos órgãos que realizam o acolhimento, o melhor caminho, segundo a literatura, segue sendo o da prevenção. Segundo as interlocutoras 1 e 2, talvez a melhor solução para este problema seja a

educação sexual acessível e de qualidade à todas as pessoas. A identificação de padrões e diferenças entre os casos aponta que há mais similaridades entre a forma como as vítimas são abordadas; como são convencidas a permanecerem na situação; e principalmente; como são coagidas para que permaneçam silenciadas e não consigam sair da situação.

Como mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, o abuso sexual é uma expressão de uma relação de poder em que o agressor geralmente busca fazer com que a vítima não fale, por meio de chantagens, manipulação emocional e psicológica ou ameaças frequentes. Entretanto, é possível identificar eventuais pedidos de ajuda³⁰, assim como a sinalização de diferentes sinais que as vítimas apresentam, que também se apresenta como uma possibilidade. Por isso se torna necessária uma educação sexual que seja direcionada a, no mínimo, três públicos-alvo. O primeiro seriam as próprias crianças. A educação sexual *empodera* a criança e dá à ela as ferramentas necessárias para que mesmo sob ameaça, ela possa identificar e denunciar caso o abuso ocorra, bem como saber onde ou com quem procurar ajuda, pois existem os canais de acolhimento, como por exemplo o disque 100³¹ ou o Conselho Tutelar³². Há casos que comprovam que políticas públicas que promoveram ações educativas em escolas, tiveram sucesso em retirar crianças da situação do abuso³³.

O segundo público alvo a ser considerado são os professores e educadores em geral que são as pessoas mais prováveis de identificar quando uma criança ou adolescente está passando por uma situação de violência sexual. A convivência e a observação diária da criança possibilitam a identificação de mudanças repentinas de comportamento. Entretanto, um profissional da educação só terá condições de fazer esta associação se tiver acesso à informação que o torne apto a isso. Um meio de propiciar

³⁰ Notícia que revela que duas meninas abusadas por seu pai, pediram ajuda por meio de desenhos.

Disponível em:

<<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/02/23/pai-e-presos-por-abusar-das-filhas-que-revelaram-estupros-em-desenhos-no-rs.ghtml>>. Acesso em 1 de abril de 2022.

³¹ O disque 100, ou Disque direitos Humanos, é um serviço de disseminação de informações e atendimento em situações de violação dos direitos humanos, funciona 24 horas por dia, de forma gratuita e em todo o território nacional. A linha foi criada em 1997 com o nome de Disque Denúncia e atualmente acolhe denúncias de violência contra diferentes segmentos da população, como: pessoas idosas, população LGBT, conflitos agrários, entre outros.

³² A criação do Conselho Tutelar ocorreu em 31 de julho de 1990, junto à instauração do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente com o intuito de promover a garantia dos direitos que estavam previstos no estatuto. É um órgão recente, existe há 31 anos.

³³

Disponível

em:

<https://www.brasil247.com/regionais/nordeste/menina-assiste-a-palestra-sobre-educacao-sexual-e-denunciou-a-primo-por-estupro>. Acesso em 1 de abril de 2022.

esse diálogo são as políticas de formação de professores e educadores dentro dessa temática. O terceiro público alvo é a sociedade civil em geral, composta por pais, mães, avós, irmãos e/ou primos de crianças que foram vítimas de violência sexual, que representam uma rede de acolhimento em potencial. Ademais, o acesso prévio a informações adequadas pode ser determinante nos comportamentos com a situação de abuso, caso ocorra.

A educação sexual preventiva pode ser eficiente ao explicar a respeito do abuso sexual infantil: o que é, de que forma ocorre e como identificar os sinais que algo pode estar prestes acontecer. No caso de já ter ou estar acontecendo, a ou as pessoas com estas informações saberão, idealmente, de que forma proceder. Para tanto é necessário explicar que a violência sexual – infantil ou não – não pode ser vista como uma “questão de opinião”. Há quem acredite, baseado também em crenças difundidas pelo senso comum, que a violência sexual ocorre apenas quando há violência física e isto é uma inverdade. Mesmo que não haja marcas físicas a violência sexual deixa inúmeras marcas psíquicas que se fazem presentes nos mais variados contextos da vida da vítima.

Neste, o último capítulo do trabalho, abordei sobre os diferentes tipos de silenciamento que envolvem o fenômeno do abuso, tanto o silenciamento imposto por familiares que na tentativa de ajudar, preferem manter o problema em âmbito privado e sem perceber silenciam o sofrimento da vítima; quanto o silenciamento social, quando através de discursos conservadores, atores da política buscam barrar o debate em âmbito público. Em um segundo momento falei sobre os mitos e tabus construídos em torno do tema, que podem ter surgido tanto no intuito de preservar o caráter sacro da instituição familiar ou pelo próprio silenciamento, pois uma vez que se dificulte a discussão sobre o assunto, tais mitos e tabus continuam circulando. Ainda, falei sobre a necessidade de, em um contexto de abuso sexual de crianças ou adolescentes, voltar a atenção para promover atendimento psicológico à vítima. Como atentam as interlocutoras 1 e 2, é comum, porém inadequado, que por falta de conhecimento a respeito de como agir diante desse tipo de situação, os familiares e pessoas mais próximas tomarem atitudes inadequadas como querer vingança por meio de agressões, esquecendo de prestar assistência a quem sofreu o abuso. Por fim, fiz uma breve discussão sobre a importância da educação sexual como uma forma de prevenção, destacando a possibilidade de haver melhores resultados se houve a possibilidade de direcionar à diferentes públicos, como sugeriram as interlocutoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O abuso sexual de crianças e adolescentes é um fenômeno social que alcança significativas dimensões, de forma silenciosa e causticante, tanto para quem vivencia esta experiência, quanto para quem está no seu entorno. Apesar de influenciados pela subnotificação, os dados divulgados pelos órgãos oficiais apontam que os casos continuam aumentando e que as vítimas estão ficando mais jovens a cada dia, evidenciando a importância de analisar sobre o assunto em profundidade para compreender como ocorrem suas dinâmicas.

Assim sendo, no capítulo 1 busquei contextualizar o fenômeno do abuso sexual infantil dentro desse sistema social que é fundamentado em hierarquias de gênero e compreendê-lo como um de seus desdobramentos negativos. Para tanto, abordei os conceitos de gênero, patriarcado, falei sobre abuso sexual e abuso sexual infantil extra e o intrafamiliar.

No segundo capítulo apresentei as definições metodológicas do trabalho e as respostas concedidas pelas duas interlocutoras e as separei em cinco categorias de análise que foram: filantropia e gratuidade no atendimento a casos de abuso sexual infantil, os padrões e diferenças envolvidas nos abusos, a resposta da família e das vítimas, consequências à psiquê das vítimas, as razões dadas pelas entrevistadas para o abuso e para a ausência de denúncias.

No terceiro e último capítulo do trabalho, tratei sobre os diferentes tipos de silenciamento que envolvem o fenômeno do abuso sexual infantil e os mitos e tabus construídos em torno do tema. Em um terceiro momento, menciono a necessidade de, em um contexto de abuso sexual de crianças ou adolescentes, voltar a atenção para promover atendimento psicológico à vítima e por fim, fiz uma breve discussão sobre a educação sexual como uma ferramenta de prevenção.

Após a reflexão proposta por este trabalho, concluo que as estruturas do sistema de gênero têm grande influência nos comportamentos irrefletidos, no âmbito pessoal e

privado, mas que também têm desdobramentos no âmbito público, pois estes comportamentos refletem na coletividade. Um dos desdobramentos negativos destes comportamentos irrefletidos é o silenciamento, assim como alguns mitos e tabus em torno do fenômeno que puderam ser identificados a partir das falas das interlocutoras.

Concluo que quando se trata da temática do abuso sexual de crianças e adolescentes há uma forte tendência da sociedade em manter o assunto em âmbito privado ou doméstico, como é possível observar com as categorias analíticas. Por exemplo, na categoria “2.2.1 Filantropia e gratuidade no atendimento a casos de abuso sexual infantil” houve um esforço das duas interlocutoras em criar um grupo de terapia para ofertar atendimento gratuito às mulheres que não conseguiram obter atendimento anteriormente, é preciso refletir sobre a eficácia do Estado em relação a estas demandas.

Quando utilizo o “não” no título *O (não) silenciamento e a destruição de tabus* entre parênteses, tenho a intenção de destacar que há um grande silenciamento em torno do assunto que com frequência é isolado em âmbito privado/doméstico e que o ato de buscar realizar pesquisas em torno desta temática, já se torna uma forma de romper com o habitual silenciamento em torno de temas incômodos que grande parte da sociedade compreende que não se pode falar ou abordar. É reconhecendo que o silenciamento existe e lutando contra ele que é possível perceber que há ainda muitos aspectos sobre este assunto para serem pesquisados e compreendidos a partir da área sociológica.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Flávia. Pesquisa mostra que 97% das mulheres já sofreram assédio em transporte. **Agência Brasil**. São Paulo, 18 de junho de 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-06/pesquisa-mostra-que-97-das-mulheres-sofreram-assedio-em-transporte>. Acesso em: 05/05/2022.

AZEVEDO, Fernanda Maria Caldeira de. O conceito de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais: uma contribuição feminista. **Revista três pontos**, ed.13, nº1 – Dossiê Múltiplos olhares sobre Gênero, p. 12-20, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/3386>. Acesso em: 10/12/2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm#art2. Acesso em 08/11/2021.

CAMARGO, Karina Acosta. **Abuso sexual infantil – uma cartografia: silenciamento, testemunho, ressentimento, esquecimento**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Psicologia Clínica) PPG – Psicologia/PUC-SP, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/18910>. Acesso em: 10/03/2022.

CARVALHO E LIRA, Margaret Olinda de Souza. Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta. **Texto e Contexto Enfermagem**, v. 26, n. 3, p. 01-08, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/Fq8Cg6F7bcbZRNhxFqKTMTR/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 10/03/2022.

CONNEL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. Trad. Marília Moschokvich, editora Versos. São Paulo, 2019.

DELPHY, Cristine. (2009), Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo, Editora UNESP.

FALEIROS, Vicente de Paula. Abuso sexual de crianças e adolescentes: trama, drama e trauma. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, SP, v. 2, n. 1, p. 65–82, 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8636441>. Acesso em: 10/03/2022.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário de Segurança Pública 2021**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf> Acesso em 25/02/2022.

HABIGZANG, Luísa; KOLLER, Sílvia H.; AZEVEDO, Gabriela Azen; MACHADO, Paula Xavier. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 21, n. 3, pp. 341-348, 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ptp/a/RQSFdbchSLM3dbmt4VCjXZS/?lang=pt#>. Acesso: 10/02/2022.

LOPEZ, Silvia; FARO, Concepció; LOPETEGUI, Lourdes; PUJOL-RIBERA, Enriqueta; MONTEAGUDO, Mónica; COBO, Jesús; FERNÁNDEZ, María Izabel; Grupo de Investigación em saúde sexual e reprodutiva de Catalunha. Impacto del abuso sexual la infância-adolescencia en las relaciones sexuales y afectivas de mujeres adulturas. **GAC Sanit**. Vol. 31, n.3, Espanha, p.210-219, 2017. Disponível em: https://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0213-91112017000300210#:~:text=Los%20resultados%20del%20presente%20estudio,y%20menor%20frecuencia%20de%20orgasmo). Acesso em: 10/02/2022.

MELLO, Roberta do Nascimento. **Da violação à (tentativa de) proteção: Análise antropológica da atuação de um Conselho Tutelar nos casos de abuso sexual infantil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) Ciências Sociais/UFPB. João Pessoa, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16125?locale=pt_BR. Acesso em: 10/03/2022.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: Uma introdução**. 1. Ed. São Paulo: Ed. Boitempo, 2014.

MURILLO, José Andrés; SEGUEL, Andrés Mendiburo; SANTELICES, María Pía; ARAYA, Paulina; NARVÁEZ, Silvia; PIRAINO, Catalina; MARTINEZ, Josefina; HAMILTON, James. Abuso sexual temprano y su impacto em el bienestar actual del adulto. **Psicoperspectivas ,individuo y sociedade**. Vol. 20, No.1,p. 70-82, Chile, 2021. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-69242021000100070&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 10/02/2022.

NEDA, Fernanda. **A experiência de uma psicóloga com grupo de meninas vítimas de violências sexual**. Porto Alegre, 2011.

NETO, W. F.; REZENDE, M. G. C.; CARVALHO, C. D. S. O abuso sexual infantil e a cultura do silêncio: machismo, racismo e adultocentrismo em questão. **Revista Periódicus**, 2(16), 81–92, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/34866>. Acesso: 10/01/2022.

PLATT, Vanessa Borges; BACK, Isabela de Carlos; HAUSCHILD, Daniela Barbieri; GUEDERT, Jucélia Maria. Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências. **Ciência & Saúde Coletiva**, 23 (4), p. 1019-1031, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/hTR8wBZKQNrYLM4HB6p849c/?lang=pt#>. Acesso em: 15/02/2022.

RISMAN, Arnaldo; FIGUEIRA, Rosania Lucia; VIEIRA, Gabriela Medeiros; AZEVEDO, Lívia Teixeira de. Abuso sexual intrafamiliar: Um olhar multifacetado para o incesto. **Psicologia para America Latina**, p.87-105, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2014000100006&lng=pt&nrm=iso#:~:text=Algumas%20pessoas%20que%20sofreram%20abuso,tamb%C3%A9m%20o%20desenvolvimento%20do%20car%C3%A1ter. Acesso em: 08/02/2022.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, 1990. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 10/12/2021.

SILVA, Flávia Calanca; MONGE, Aline; LANDI, Carlos Alberto; ZENARDI, Gabriel Amaral; SUZUKI, Denise Chrysostomo; VITALLE, Maria Sylvia de Souza. Os impactos da violência sexual vivida na infância e adolescência em universitários. **Revista de Saúde Pública**, v.54, p.01-11, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/WsH8y6sFdSWy4ssKph55x3w/?lang=pt#>. Acesso em: 08/03/2022.

VENESSON, Pascal. **Estudos de caso e rastreamento de processo: teorias e práticas**. DELLA PORTA, Donatella; KEATING, Michael. (Orgs.). *Approaches and Methodologies in the Social Sciences*. 2008.

APÊNDICE

Roteiro de entrevista direcionado para as duas Psicólogas – um para cada uma.

Sobre o grupo de terapia:

1. Como surgiu a ideia de criar o grupo? Por que resolveram torná-lo um projeto social?
3. Com qual linha terapêutica você trabalha no grupo e por quê? Com funciona?
4. Aparecem muitos casos de abuso sexual infantil em consultório?
5. Você costuma tratar o trauma em crianças também ou somente em adultos?

A partir da descrição das pacientes:

6. Você percebe algum padrão de ação ou um “*modus operandi*” dos abusadores em relação às vítimas?
7. Você percebe um padrão de ação/atitude dos cuidadores ao descobrirem sobre o abuso sexual?
8. você percebe alguma semelhança entre os casos? E diferenças?
9. Qual o tipo de consequência mais comum à psique das vítimas?
10. Aparecem casos de homens/meninos que sofreram abuso? Com qual frequência?
11. Dos casos que aparecem em consultório: você diria que a maioria é cometida por pessoas desconhecidas ou por pessoas próximas a criança?
12. As vítimas costumam denunciar seus abusadores? Sim, não, porquê?
13. Você percebe maior incidência de casos em algum grupo social específico? Qual?
14. Você acha que há uma dificuldade de se lidar com casos desse tipo em um nível social?
15. Por que você acha que casos desse tipo acontecem?
16. Você tem alguma sugestão de como diminuir a incidências desses casos? É possível?
17. A partir do seu tempo de experiência lidando com casos desse tipo, você gostaria de destacar algum caso/detalhe importante?
18. Você gostaria de sugerir algum ponto importante para ser investigado por essa pesquisa?

19. Você acha que em um nível público, há informação suficiente para alertar sobre esse tema?